

Extensão comunitária: aportes a partir de uma revisão da literatura

Community extension: contributions from a literature review

Klebson Felismino Bernardo*
Pedro José Santos Carneiro Cruz**

Resumo: O artigo analisa, por meio de uma revisão narrativa, como a concepção de Extensão Comunitária (EC) é descrita e utilizada até 2020, com foco na concepção de Extensão Popular (ExP), a qual contempla a Extensão Universitária na perspectiva da Educação Popular (EP). Considerada uma interface da EP, a EC é dialógica, processual e participativa, destacando a participação ativa de comunidades e movimentos sociais em projetos de ExP. A metodologia incluiu uma revisão de artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, adotando uma perspectiva qualitativa e exploratória. Os resultados mostram que a EC fortalece as práticas de ExP, ampliando a participação da comunidade e dos movimentos sociais na gestão dos projetos, promovendo mudanças concretas na universidade e incentivando-a a reconhecer os setores sociais populares como produtores de conhecimento.

Palavras-chave: Extensão Popular. Educação Popular. Participação Ativa. Setores sociais populares.

Abstract: The article analyzes, through a narrative review, how the concept of Community Extension (CE) is described and used until 2020, with a focus on University Extension in Popular Education and/or Popular Extension. Considered an interface of Popular Education (PE), CE is dialogical, procedural and participatory, highlighting the active participation of communities and social movements in Popular Extension (PE) projects. The methodology included a review of scientific articles, course conclusion papers, dissertations and theses, adopting a qualitative and exploratory perspective. The results show that CE strengthens PVE practices, broadening the participation of the community and social movements in project management, promoting

*Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em Pedagogia e Especialista em Gênero e Diversidade na Escola pela UFPB. E-mail: klebsonbernardo987@hotmail.com

**Doutor e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em Nutrição pela UFPB. Professor do Departamento de Promoção da Saúde da UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB. pedrojosecruzpb@yahoo.com.br



concrete changes in the university and encouraging it to recognize popular social sectors as producers of knowledge.

Keywords: Popular Extension. Popular Education. Active Participation. Popular social sectors.

Recebido em 20/12/2022. Aceito em 18/06/2024

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas três décadas, algumas práticas de Extensão Universitária brasileira, especialmente aquelas desenvolvidas de maneira orientada pela abordagem teórico-metodológica da Educação Popular (EP), têm adotado, através do discurso de seus protagonistas, a denominação de Extensão Comunitária (EC), conforme assinala Bernardo (2022). Na acepção de Dantas (2009), mais do que uma nova forma de nomear suas práticas, a EC aponta para a qualificação dos aportes teórico-metodológicos da Extensão Universitária em sua totalidade, seja pela crítica aos modelos extensionistas dominantes, marcados por uma abordagem educativa prescritiva e tecnicista, seja pelo apontamento de novas possibilidades na direção de uma prática extensionista que se pautar pela dialogicidade, pela participação ativa das pessoas e pelo compromisso ético-político com a geração de processos humanizadores e emancipatórios como frutos dos trabalhos em Extensão.

Desde a década de 2000, o conhecimento sobre a concepção de EC vem sendo difundido no interior do movimento nacional de práticas extensionistas orientadas pela EP e pelos aportes freirianos, conforme pode ser observado em obras organizadas pela Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP) e pela Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS), tais como Cruz *et al.*, (2013), Prado *et al.*, (2017) e Araújo e Cruz (2018). Ao longo dos últimos anos, diferentes obras que refletem criticamente sobre a prática extensionista têm apresentado contribuições à construção da concepção de EC, tais como os aportes teóricos de Dantas (2009-2012), Fleuri (2005) e Santos (2005b-2014).

Enquanto concepção teórico-metodológica, a EP vem constituindo base importante de diversas experiências de Extensão Universitária no Brasil e em vários outros países, a partir das quais novas abordagens e formas de condução da ação extensionista vêm ganhando campo, assim como possibilidades alternativas de desenvolvimento da formação universitária vêm se expressando. Obras como as de Cruz (2011), Cruz *et al.*, (2013), Prado *et al.*, (2017), Cruz e Vasconcelos (2017), Freire (1980-1997), entre outras, evidenciam as ricas contribuições da EP para a emergência de perspectivas humanizadoras e emancipatórias na Extensão, tendo todas elas na pedagogia freiriana uma importante base referencial. No entanto, a obra de Dantas (2009) e experiências como o Espaço Ekobé demonstram ser necessário, às práticas de EP, um maior aprofundamento na radicalidade de sua inserção na universidade, sobretudo em relação à ampliação das possibilidades de participação ativa, crítica e criativa dos atores populares e comunitários nas atividades acadêmicas da universidade, seja pelo ensino, pela pesquisa ou mesmo pela extensão.

É o que se chama “extensão ao inverso”, expressa pela inserção ativa dos comunitários nos espaços e produções acadêmicas. Somada a isso, há a necessidade de uma maior valorização dos saberes e das práticas dos atores sociais populares, mesmo por parte dos projetos de EP.

Conforme expresso em críticas como as feitas por Falcão (2018) e Araújo (2021), muitos projetos de EP avançam substancialmente na produção de ações com metodologias participativas, mas ainda encontram limites e fragilidades no sentido de radicalizar o protagonismo popular na cogestão de seus projetos.

Assim, a EC vem configurando a expressão de uma possibilidade de adensamento da EP no sentido da construção compartilhada do conhecimento e do protagonismo dos saberes populares e dos povos originários nos processos de formação, pesquisa e ação social. Contudo, tal concepção ainda se apresenta utilizada de maneira difusa nessas referências bibliográficas, bem como carece de uma delimitação conceitual e teórica mais nítida e detalhada. Nesse sentido, o objetivo central do presente artigo é analisar, por meio de uma revisão narrativa, como a concepção de Extensão Comunitária (EC) é descrita e utilizada até 2020, com foco na Extensão Universitária em Educação Popular, a qual constitui a concepção denominada por Melo Neto (2014) como Extensão Popular.

O artigo está dividido em sete seções. A primeira trata-se da introdução, em que são apresentados os aspectos introdutórios da temática, como objetivo da produção, conceitos e demais dimensões. A segunda compreende as contribuições da EP para a EC, traçando uma discussão significativa e reflexiva. A terceira corresponde aos aspectos teórico-metodológicos do artigo. Na quarta seção são apresentados os resultados e a discussão provenientes do estudo. Em seguida, discute-se acerca das aproximações teóricas e metodológicas sobre a EC. A sexta preocupou-se em aprofundar a concepção da EC, compreendendo-a como uma expressão do protagonismo dos(as) autores(as) e dos setores sociais populares na dinâmica universitária. Por fim, as considerações finais, nas quais se retomam as principais ideias, sentidos e significados apresentados ao longo do artigo, reforçam a atenção pela dialogicidade (Freire, 1980-1997) entre os setores sociais populares e o campo universitário como possibilidade de um novo pensar e fazer coletivo nas iniciativas educativas da EP.

As contribuições da concepção de EP para a proposta da EC

Em nosso olhar, para a EC se realizar, cabe ao espaço da universidade incluir e acolher a diversidade de conhecimentos que emergem justamente naqueles cenários socioeconomicamente excluídos e subjugados como ‘inferiores’. O protagonismo da comunidade e dos sujeitos que interagem com o contexto da unidade universitária através da Extensão Universitária orientada pela EP permite que docentes/discentes da universidade experienciem outros processos substanciais para os seus desdobramentos, seja na forma como os(as) docentes e discentes atuam em seus processos formativos junto à comunidade, seja também na necessidade do rompimento unilateral e hegemônico da ciência produzida nas universidades.

Mesmo se considerarmos que a concepção de EC está delimitada de maneira ampla e difusa na literatura, os estudos que trazem a EC como concepção da Extensão Universitária apontam para a direção da EP. Assim, a EC se constitui como uma interface da EP na Extensão Universitária, na qual se caracteriza como um movimento em que as culturas populares, os povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, seringueiros, caboclos, jangadeiros, pescadores e autores(as) populares de setores empobrecidos economicamente), em diálogo com o território universitário, por meio de Projetos de Extensão, vêm para a universidade, trazendo seus saberes e experiências forjados na cotidianidade e contribuindo com as epistemes que estão sendo produzidas na academia.

A EP se caracteriza como “um movimento prático e teórico em educação, presente em processos de organização das classes trabalhadoras” (Melo Neto, 2011, p. 1), que se coloca contrária

ao modelo de educação dominante, que violentamente tem silenciado os grupos/movimentos. Ainda conforme o autor, tem-se na EP a defesa de “uma educação com o homem, e não sobre o homem, ou, simplesmente, para ele” (Melo Neto, 2011, p. 1). Em termos abrangentes, a EP valoriza os saberes populares e tradicionais, bem como produz um diálogo entre os diferentes saberes que se constituem nos territórios populares com os do campo universitário.

Nesse sentido, o diálogo de saberes e a análise crítica da realidade na EP se constituem como requisitos fundamentais na produção de intervenções realizadas principalmente no campo da coletividade e orientadas a partir dos interesses dos setores populares. A EP tem como finalidade a busca por mudança por meio do protagonismo coletivo dos grupos e territórios socioeconomicamente excluídos rumo à transformação das condições objetivas de desconforto, bem como da opressão e redução da possibilidade de realização de cidadania (Cruz, 2011; Freire, 1980-1997).

Cabe destacar que, através do intercâmbio entre os sujeitos, despontam-se como categorias fundantes da EP a participação e o diálogo. Aqui a ideia de participação está sendo usada com base em Pedro Demo, sociólogo e professor universitário brasileiro, que em seu livro “Participação é Conquista” nos esclarece que “participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infundável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo” (Demo, 2009, p. 18). Por isso essa categoria é tão cara na EP, pois essa conquista é diária, é com o(a) outro(a) e com os territórios que vamos conseguindo contribuir processos formativos e de resistência frente aos desafios socioculturais.

No que tange ao termo diálogo, buscamos nos fundamentar em Oliveira (2017, p. 97), que acredita que para o diálogo acontecer, se faz “[...] necessário um profundo amor ao mundo, à vida e aos seres humanos; reconhecê-los/reconhecer-se como seres inacabados, inconclusos; ser humilde e capaz de se sentir e saber-se tão ser humano quanto os outros seres humanos”.

Pelo diálogo e pela participação, a EP contribui para a construção de uma ação extensionista comprometida com as classes populares, viabilizando aprendizados mútuos (Freire, 1997). De acordo com Fleuri (2005), a conversidade¹ entre os territórios funda-se por intermédio do reconhecimento mútuo entre os diferentes sujeitos, que, mediante seu contexto sócio-histórico-cultural, se põem em relação crítica e acentuada a partir do enfrentamento dos desafios decorrentes do lugar em que estão inseridos. Paralelo a isso, Fleuri (2005, p. 20) aponta que a extensão potencializa a mediação sociocultural e permite a prática de projetos e processos de inclusão de diferentes pessoas e contextos à vida acadêmica, percebendo-as como contribuintes na “construção de iniciativas avançadas de educação e de elaboração de conhecimento científico”.

Isso é o que vêm fazendo as práticas de Extensão Universitária orientadas pela concepção de ExP. No entendimento de Cruz (2017):

A Extensão Popular dá sentido e direcionamento a uma cultura universitária onde os esforços empreendidos por comunitários, estudantes, técnicos e professores concretizam-se em metodologias capazes de promover o apoio acadêmico aos esforços das classes populares na luta cotidiana pela conquista plena da cidadania, na realização de seus direitos (Cruz, 2017, p. 20).

Desse modo, a ExP nos provoca a pensar que sua iniciativa teórico-prática e metodológica se constitui como potencializadora para um trabalho dialógico e coletivo com os setores

¹ Categoria fundamentada e sistematizada por Reinaldo Matias Fleuri no qual discute como se dar a sociabilidade do espaço universitário e da comunidade, seus desafios, contribuições, e perspectivas dessa em meio a essa relação.

empobrecidos economicamente. Além disso, apoia-se em princípios éticos, humanizantes e transformadores. Nessa direção, Santos Júnior (2013) defende que:

Sem perder de vista o instituinte e as relações que se estabelecem entre discentes, docentes e comunidade, essa interação proporciona uma multiplicidade de aspectos advindos tanto do conhecimento científico quanto do popular (e comunitário), expressos em diferentes linguagens desprezadas ou ausentes muitas vezes nos espaços das salas de aula. Assim, a comunidade, espaço construtor de aprendizagens, é onde se propaga a comunicação. Nessa perspectiva, acreditamos na possibilidade de concebermos relações de produção de conhecimentos “olhando” por este espaço que pode estar carregado de significações (Santos Júnior, 2013, p. 54).

Considerando o que explicita o autor, entendemos que a extensão é fundante na promoção da relação ciência-sociedade. Em se tratando do protagonismo das classes populares e de seus sujeitos na unidade acadêmica, conforme frisa a concepção de EC, é importante salientar que as comunidades têm muito a ensinar a docentes/discentes dos projetos de extensão.

A EC traz consigo a proposta de produzir um diálogo de saberes e de protagonismo das classes populares numa perspectiva de a comunidade vivenciar os processos formativos e decisórios dentro da própria universidade, isto é, de uma forma não só pautada na presencialidade desses autores(as) nos corredores e auditórios universitários, mas de estarem vivenciando ações de produção do conhecimento e transformação do espaço acadêmico em parceria com docentes e discentes.

Pode-se dizer que “as experiências, saberes e subjetividades desses protagonistas são importantes e contribuem efetivamente na construção do fazer acadêmico” (Bernardo, 2020, p. 205). Assim, por meio da EC tem-se a possibilidade desses grupos estarem vivenciando suas práticas e diálogos por meio de uma intervenção diferente, em que o campo universitário possa experimentar e [re]conhecer o que os sujeitos têm para mostrar em relação aos seus saberes, experiências, ancestralidade, espiritualidade e cultura sob o ponto de vista de seus próprios autores(as).

Desenvolvimento metodológico

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa (Minayo, 2014), com caráter exploratório (Gil, 2007), sendo desenvolvido por meio de uma revisão narrativa (Vosgerau; Romanowski, 2014) das publicações de 2009 até 2020. Inicialmente, foi feita uma busca na literatura de artigos científicos publicados em periódicos acadêmicos, bem como trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, selecionados como fontes primárias. Para tanto, realizou-se a revisão nos seguintes bancos de dados: Portal de Periódicos da CAPES; Base de Teses e Dissertações da CAPES; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD e no Google Acadêmico, por meio da busca pelos descritores assim precisamente designados na área de busca: “Extensão Comunitária”; “Extensão Universitária e Extensão Comunitária”; “Extensão Comunitária na Universidade”; “Extensão Universitária e Comunidade”.

Nesse sentido, buscou-se analisar como vem sendo compreendida a concepção de “Extensão Comunitária” em textos publicados entre os anos de 2009 a 2020. O critério de escolha desse recorte temporal se deu em razão de, após analisar criticamente estudos anteriores a 2009, constatou-se que não há estudos que tratem dessa concepção, apenas em 2009 identificou-se um estudo que contempla a perspectiva de práticas de extensão que se orientam na direção de participação mais

ativa da comunidade dentro da universidade. Como critério de inclusão, consideramos a citação da expressão “Extensão Comunitária” no título ou no resumo dos textos, e textos na língua portuguesa. Como critério de exclusão, consideramos a ausência da referida expressão no título ou no resumo dos textos, bem como publicações em anos anteriores a 2009.

As experiências utilizadas no artigo são substanciais para pensarmos a concepção de EC, sobretudo porque refletem seus aspectos teórico-metodológicos. O objetivo de utilizar tais iniciativas foi elucidar que a EC tem significados e sentidos singulares e potentes que podem ser visualizados a partir das experiências exitosas em questão. O contato com essas experiências se deu em razão das aproximações dos autores com sujeitos/as que vivenciam/vivenciaram tal realidade e a partir de leituras realizadas.

No que se refere à análise do material encontrado, em primeiro lugar, foi realizada a leitura integral do material obtido, levando em consideração aspectos ressaltantes, interpretados numa ficha descritiva que identificava a relevância/contribuição do texto, assim como o tema, autor/a, ano, revista ou banco de dados. Em segundo lugar, foi realizada outra análise do material, através de leitura em profundidade, identificando de forma mais centrada o conteúdo de cada trabalho e as considerações obtidas, permitindo-nos proceder com uma análise crítico-reflexiva dos dados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As formas de utilização da ec na atual literatura

A pesquisa nas bases de dados resultou em 28 produções originais. Dessas, foram selecionados 16 textos na primeira análise, os quais passaram por uma avaliação com leitura em profundidade, a partir da qual 8 artigos foram excluídos, pois, apesar de envolverem a expressão EC, suas discussões não se encontravam diretamente relacionadas com o objetivo desta revisão. Dessa forma, 8 textos foram incluídos para a discussão teórico-reflexiva.

Tabela 1 – Produções científicas em relação à concepção de extensão comunitária de acordo com o ano de publicação e base de dados

Título	Autores e ano de publicação	Base de pesquisa
Dialogismo e arte na gestão em saúde: a perspectiva popular nas cirandas da vida em Fortaleza-CE.	DANTAS, Vera Lúcia de Azevedo. 2009.	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)/Tese
Liga acadêmica: instrumento de ensino, pesquisa e extensão universitária.	CARNEIRO, Jair Almeida, <i>et al.</i> , 2015.	Portal de periódicos da CAPES/ Artigo
Unimontes Solidária: Interação Comunitária e Prática Médica com a Extensão.	CARNEIRO, Jair Almeida, <i>et al.</i> , 2011.	Portal de periódicos da CAPES/ Artigo
Cirandas da vida: dialogismo e arte na gestão em saúde.	DANTAS, Vera Lúcia de Azevedo, <i>et al.</i> , 2012.	Portal de periódicos da CAPES/ Artigo
Extensão comunitária contribuindo para a inserção na atenção básica e formação de profissionais da saúde.	SILVA, Jaqueline Lopes Menezes, <i>et al.</i> , 2010.	Revista APS/Artigo

continua

conclusão

Título	Autores e ano de publicação	Base de pesquisa
Projetos de extensão comunitária e o fortalecimento do movimento estudantil na área da saúde.	CIRNE, Alessandra Issis; SÁ, Lenilde Duarte de; MENDES, Cristina Katya Torres Teixeira. 2009.	Revista Saúde em Debate/Artigo
Pela efetivação dos direitos humanos: apresentação do projeto de extensão comunitária da faculdade fisul.	REIS, Maurício Sant'Anna, 2014.	Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas/Artigo
Os resultados do programa de extensão comunitária no desenvolvimento do estudante de graduação do curso de fisioterapia do UNICEPLAC – GAMA/DF.	SIMIÃO, Bruno Pereira; ARAÚJO, Edna Monteiro; FELIX, Katiane, 2019.	Artigo para obtenção do título de Bacharelado em Fisioterapia. Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos. Brasília/DF

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Do ponto de vista de Dantas e Dantas *et al.*, (2009-2012), a EC é uma concepção de extensão universitária destinada a um processo no qual a comunidade pode protagonizar os processos formativos de Extensão, utilizando suas subjetividades, experiências e desafios. Isso ocorre por meio da contribuição coletiva de conhecimentos que são tecidos a partir da realidade concreta.

Para Dantas (2009), a EC potencializa a contribuição dos saberes dos atores sociais na definição de estratégias teórico-práticas necessárias para superar os desafios impostos pela realidade em suas múltiplas dimensões e determinações. Portanto, a EC é um trabalho que surge da colaboração e comunicação concentrada entre as experiências e saberes populares e os saberes acadêmicos, com o propósito de promover mudanças e novos horizontes sociais. De um lado, há uma classe popular rica em potencialidades que precisam ser problematizadas e ouvidas; do outro, um ambiente acadêmico que precisa explorar novas possibilidades não apenas de teorização, mas também de interação prática com os autores populares.

Silva *et al.*, (2010), embora não aprofundem teoricamente sua compreensão da EC, utilizam-na na acepção anteriormente trabalhada por Dantas (2009) como um processo teórico-prático da extensão universitária. Isso está relacionado à ideia de diálogo de saberes e aprendizado mútuo entre comunidade e universidade. Segundo o Projeto de Extensão “Buscando a Formação Humanizada do Profissional de Saúde”, os autores partem “de uma extensão universitária para uma extensão comunitária, na qual a troca de experiências entre os graduandos extensionistas e a comunidade poderia ocorrer de forma concreta, permitindo a apreensão da realidade pelos graduandos” (Silva *et al.*, 2010, p. 407). Na produção textual, os autores se referem à EC como um processo dialógico com a comunidade.

Convergindo com essa compreensão da EC, Cirne, Sá e Mendes (2009) baseiam-se na ideia de relação dialógica da universidade com as comunidades por meio de projetos de extensão. Eles destacam que a universidade e seus atores estabelecem processos de comunicação com os autores dos territórios. De forma mais abrangente, as autoras elucidam esse entendimento por meio de experiências de dois projetos fundamentados na EP em Saúde na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): o Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (PEPASF) e o Estágio Nacional de Extensão Comunitária (ENEC). Esses projetos visavam “aproximar os estudantes da realidade social, trabalhando a questão da interdisciplinaridade ao aglutinar estudantes de

diferentes cursos como Medicina, Odontologia, Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia, Nutrição e Psicologia” (Cirne; Sá; Mendes, 2009, p. 450).

Os estudos desenvolvidos por Reis (2014) e por Simião, Araújo e Felix (2019) corroboram essa direção experienciada e teorizada por Cirne, Sá e Mendes (2009). Para Maurício Sant’Anna Reis, a definição de EC está ligada ao diálogo entre a academia e a comunidade, em uma relação de mútua alimentação, por meio do Grupo de Estudos em Direitos Humanos e Extensão Comunitária da Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul (FISUL), com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre os Direitos Humanos.

A EC descrita por Maurício Sant’Anna Reis é similar à interpretação de Simião, Araújo e Felix (2019), que a veem como um processo de interação entre a unidade acadêmica e a sociedade por meio de projetos de extensão no Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos (UNICEPLAC). Os autores afirmam que “os estudantes participantes têm um melhor entendimento do contexto teórico em sala de aula e, com a prática, adquirem conhecimento e confiança para atender à sociedade com segurança nessas ações” (Simião; Araújo; Felix, 2019, p. 3).

Segundo Carneiro *et al.*, (2015), a EC se configura como uma atividade de extensão que organiza atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão universitária na área da saúde, especificamente no aprofundamento do conhecimento relacionado à “Cirurgia”. Essas atividades são vinculadas à Extensão Universitária e têm como prioridade o conhecimento e a prática a partir do desempenho em campanhas, em parceria com a comunidade, contribuindo para uma visão mais crítica e reflexiva da profissão e gerando novas abordagens e possibilidades na atenção à saúde (Torres *et al.*, 2008). A iniciativa é da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), por meio de um grupo de professores e estudantes denominado “Ligas Acadêmicas”.

Carneiro *et al.*, (2011, p. 284) também reforçam sua compreensão da EC ao descrever ações de extensão comunitária extracurriculares por meio do Projeto Unimontes Solidária (Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes), que visa “promover ação solidária articulada pelos diversos cursos da Universidade nos municípios carentes das regiões norte e noroeste de Minas Gerais, Vales do Jequitinhonha e do Mucuri”. Assim, o projeto busca equacionar problemas sociais e “reduzir a exclusão e as disparidades regionais, utilizando o conhecimento produzido na academia para servir à sociedade” (Carneiro *et al.*, 2011, p. 284).

Chama atenção a vertente predominantemente técnica dessa ideia de EC, que consiste em “doar para a comunidade” conhecimentos considerados úteis e importantes por meio de uma perspectiva extracurricular. No entanto, esse entendimento de EC diverge dos princípios teórico-práticos e metodológicos da EP. Não estamos definindo o que é certo ou errado sobre o modo de agir e pensar das instituições em suas práticas. No entanto, é crucial destacar que, ao pensar no protagonismo popular, no diálogo de saberes, no reconhecimento das diferentes epistemes, espaços e realidades concretas, propomos atuar coletivamente com os setores populares, não apenas para eles. Como Melo Neto (2014, p. 7-8) afirma, a “atividade de extensão [...] não apenas transmite conhecimento universitário às pessoas ou comunidades, mas também absorve seus ensinamentos”.

De posse desses dados, é importante apontar que a EC constitui uma concepção emergente de Extensão Universitária que tem como base os pressupostos pedagógicos freirianos e os aportes teórico-metodológicos da EP. Predominantemente, seu uso na atual literatura não expressa, na maioria das citações, um maior aprofundamento dessa expressão como uma concepção de Extensão Universitária, tendo sido desenvolvida principalmente pelos trabalhos de Vera Lúcia de Azevedo Dantas. Todavia, observou-se que muitos autores enxergam na EC uma perspectiva

de Extensão que priorize a comunicação e o diálogo de saberes entre os entes da academia e os sujeitos populares, em uma relação colaborativa e propositiva de mudanças na perspectiva da justiça social. Tal compreensão evidencia, em nosso ver, uma aproximação da ideia de EC como concepção de Extensão e oferece aportes mínimos para pensar sua utilização como um dos referenciais delimitadores de uma ação extensionista que busque ser participativa, democrática e plural.

Ao mesmo tempo, foi observada a utilização da EC como correspondente à Extensão Universitária, incluindo entendimentos da mesma como transferência ou ‘doação’ de conteúdos técnicos úteis para a comunidade. Tal expressão de ideias mostra a existência de um campo ainda profícuo de debates profundos e necessários sobre a teoria e a metodologia da Extensão Universitária, com um olhar crítico e propositivo sobre sua história, suas abordagens e os desafios que se encontram pela frente na perspectiva de sua qualificação como ação acadêmica efetivamente articuladora da pesquisa e do ensino, visando a transformação social de maneira dialógica, como apontam, por exemplo, os atuais entendimentos do Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Ensino Superior (FORPROEX).

Aproximações teóricas e metodológicas sobre a EC

Com base nos apontamentos destacados pela análise da literatura estudada, entendemos que a EC vai na perspectiva não só de os entes acadêmicos dialogarem com os setores populares e seus sujeitos, mas também de esses sujeitos populares protagonizarem experiências e processos dentro dos espaços acadêmicos, agregando contribuições ao próprio fazer dos projetos e programas de extensão, bem como à pesquisa e ao ensino, com seus conhecimentos tecidos na realidade concreta de resistência, luta e processos formativos diversos.

Por meio da concepção de EC, possibilita-se principalmente não apenas a inserção da universidade na comunidade, mas também da comunidade na universidade, de maneira que esta possa abrir suas portas para que a participação da comunidade seja efetiva em ações de extensão, pesquisa e ensino. Assim, no âmbito acadêmico, a EC permitirá vivenciar experiências dialógicas e político-pedagógicas protagonizadas por autores(as) que historicamente foram/são entendidos(as) como pessoas com conhecimentos irrelevantes, subalternos, não científicos.

Compreendida como um processo dialético e orientado pela EP, a EC pode contribuir significativamente para pensarmos que os territórios socioeconomicamente empobrecidos, os coletivos populares e os movimentos sociais, com os quais a ação universitária atua junto, são espaços com autores(as) dotados de epistemologias, saberes e racionalidades diversas que podem também protagonizar processos de gestão dos projetos de extensão, pesquisa e ensino. A possibilidade desses(as) protagonistas sociais e populares estarem contribuindo no desvelamento da realidade e nos processos reflexivos que estão sendo produzidos na universidade é fundamental para ajudar a desmontar a ideia ainda em curso de conhecimento hegemônico.

A EC tem como base uma metodologia orientada por uma relação processual e permeada de sentidos, significados e de epistemes germinadas na realidade concreta, que a universidade desconhece ou é pouco trabalhada. Dentre suas principais características, a EC provoca o campo acadêmico a ressignificar o modo como interpretam os espaços e as classes populares. Desse modo, o protagonismo dos contextos sociais populares e seus sujeitos se insere como potencializador para construirmos coletivamente uma universidade popular, recheada de saberes e pessoas diversas que, em conjunto com os conhecimentos produzidos na universidade, sejam capazes

de produzir muitos outros, numa perspectiva ainda mais humanizante, problematizadora, em permanente processo de transformação.

Especialmente na obra de Dantas (2009), observamos que a concepção de EC tem inspirações importantes no que Boaventura de Sousa Santos (2014, p. 332) chama de “Ecologia de Saberes”, que se constitui como “um conceito que visa promover o diálogo entre vários saberes que podem ser considerados úteis para o avanço das lutas sociais pelos que nelas intervêm”. Para o autor, a ecologia de saberes não ocorre nos gabinetes das universidades assim como não é desenvolvida nos gabinetes dos líderes dos movimentos, mas materializa-se em espaços de encontro, mediação e diálogo, nos territórios da vida, de modo que mais vozes surjam e sejam ouvidas, possibilitando caminhar na direção da participação de todos os grupos, territórios e sujeitos.

Segundo Dantas (2009), o protagonismo popular na universidade constitui os sujeitos populares como coautores(as) do processo que se desenvolve na unidade acadêmica, uma vez que, entre outros fatores, a ação extensionista tem como ponto de partida a iniciativa comunitária. A interação dos vários movimentos sociais com a universidade resulta em atividades de formação e pesquisa em colaboração e integração entre os saberes acadêmicos e os populares. Dos diálogos estabelecidos com autores(as) comunitários e os docentes/discentes é possível que a protagonização desse processo permita que ambos os territórios possam vivenciar o aprender e ensinar com atores comunitários e institucionais. Dessa forma, a EC poderá revigorar a possibilidade de se fazer extensão de ‘fora’ da universidade (culturas populares, povos e comunidades tradicionais) para ‘dentro’ da universidade.

Além das obras citadas, vale ressaltar que algumas experiências de extensão, em diferentes regiões do país, têm se apoiado na perspectiva de EC e de seus princípios teórico-metodológicos. É o caso do projeto PEPASF, da UFPB, Espaço Ekobé², Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do Projeto Encontro de Saberes (PES), Universidade de Brasília (UnB), que por meio da articulação com as comunidades, coletivos e sujeitos populares permitem a colaboração e a conversão da universidade num espaço público de interconhecimento. As conexões, diálogos, aprendizagens e ensinamentos que são promovidos por esses coletivos têm a ver com o que Santos (2005b, p. 107) nomeia como *tradução intercultural*: “práticas que promovem uma nova convivência ativa de saberes no pressuposto de que todos eles, incluindo o saber científico, podem enriquecer-se nesse diálogo”.

O PEPASF/UFPB, através do diálogo compartilhado entre profissionais de saúde e pessoas da comunidade, mediados pela realidade circundante de seus territórios, foi responsável por estabelecer bases teórico-metodológicas para a prática da Extensão em EP em Saúde na UFPB. E, portanto, inspirou elementos importantes no currículo do Curso de Medicina da instituição. Por sua vez, conforme evidencia Dantas (2009), no Espaço Ekobé há promoção do diálogo entre os movimentos sociais populares e os professores e demais profissionais da instituição, resultando em:

[...] práticas integrativas e complementares de cuidado existentes no contexto dos movimentos populares de Fortaleza representam a principal singularidade da atuação do Espaço Ekobé, que mantém desde 2006, no campus da UECE, um calendário de práticas como massoterapia, reiki, reflexologia, rezas, entre outras, como ação militante desses movimentos e que estão disponibilizadas a estudantes, trabalhadores e pessoas das comunidades (Dantas, 2009, p. 136).

²O Espaço Ekobé foi estruturado na 57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em julho de 2005, em colaboração com a UECE e a Secretaria Municipal de Saúde.

Pode-se dizer que a interação e construção de novos saberes e trocas de experiências, tendo o saber popular como protagonista desses construtos, ampliam as possibilidades de se produzir um espaço acadêmico fundamentado não só nos saberes técnicos e científicos, mas também aberto a aprender e ensinar em parceria com outros sujeitos e histórias. Para Schommer (2005), nesse compartilhamento de saberes e diálogos entre esses setores,

adota-se como diretriz a idéia [sic] de que podem representar campos férteis de aprendizagem organizacional, tanto pelo engajamento em práticas nas comunidades que os compõem, quanto pela ampliação da visão das possibilidades que promovem (Schommer, 2005, p. 62).

Sintonizando esse processo fértil em ações e diálogos com os outros coletivos que não estão necessariamente dentro da universidade, caminhamos em direção ao caso do PES, que assim como o PEPASF/UFPB e o Espaço Ekobé, criou espaços verdadeiramente dialógicos e livres da classificação entre pesquisadores e “pesquisados”, tanto no Brasil quanto fora. Motivado pela iniciativa do antropólogo José Jorge de Carvalho, o PES aponta para uma experiência problematizadora, que se coloca contrária ao poder da ciência moderna a partir do próprio protagonismo dos(as) mestres-mestras (indígenas, afro-brasileiras, educadores populares, comunidades, movimentos sociais diversos) - autores(as) populares, que ocupam o espaço da universidade com novas epistemologias de diferentes matrizes.

Por se tratar de uma experiência interinstitucional, ao passo em que se criam condições de interlocução entre mestres-mestras e acadêmicos, o PES estabelece um diálogo interepistêmico entre os diferentes territórios e sujeitos. Além disso, configura-se pela expansão do conhecimento em favor da formação intercultural discente, que vai desencadear a resignificação dos saberes e da matriz curricular da instituição. Em outras palavras, o PES foi capaz de promover uma dupla inclusão na grade curricular, como exemplo das artes e saberes tradicionais e, concomitantemente, dos(as) mestres-mestras tradicionais na docência (Carvalho, 2016).

Corroborando com a discussão, Lima *et al.*, (2020) afirmam que:

Podemos considerar a Metodologia do PES um exemplo prático da teoria pós-colonial, pois questiona a hegemonia da ciência moderna ocidental inserindo na Academia os saberes milenares representados pelos mestres e mestras das culturas populares. Assim, quando as universidades inserem esses sujeitos em seus espaços, realizam uma ruptura epistemológica, ao passo que reconhecem a existência de outros conhecimentos, legitimam suas especificidades e democratizam as formas de transmissão dos saberes. E, principalmente, resignificam o espaço do ofício docente para o mestre e mestra em cultura popular, as pessoas mais competentes para representar o tipo de saber da tradição (Lima *et al.*, 2020, p. 16-17).

Essa interlocução dos povos indígenas nos espaços universitários é significativa para a descolonização desse ambiente. A presença desses autores-atores rompe com o silêncio violentamente engendrado pela monopolização e imposição de um saber dominante ancorado na racionalidade científica. O PES segue no caminho da EC, mas com identidades específicas. O projeto e a concepção de extensão EC fomentam um reparo histórico dos povos, identidades, culturas que historicamente foram colocadas às sombras da “cultura hegemônica”, da centralização do professor nos processos de aprendizagem e da canonização do saber estritamente científico, unilateral.

A fertilização de iniciativas como as evidenciadas expressa grande potencialidade para que a Extensão Universitária continue a constituir um espaço profícuo de encontro de saberes e de produção compartilhada de práticas que respondam às necessidades e prioridades concretas dos setores sociais em situação de vulnerabilidade. Espera-se, com isso, apontar a necessidade de priorizar uma reflexão crítica que agregue novas possibilidades para a Extensão como práxis acadêmica, de maneira que esta ganhe sentido na construção de conhecimentos úteis à produção de práticas, experiências, ambientes e políticas públicas direcionados à promoção da justiça social e ao enfrentamento pedagógico e político das situações de iniquidades sociais.

A EC como expressão do protagonismo dos(as) autores(as) dos setores sociais populares na dinâmica universitária

Ter como base a EC implica posicionarmo-nos a favor de um movimento onde os(as) autores(as) dos setores sociais populares participem ativamente das atividades de extensão, pesquisa e ensino no ambiente universitário, através da promoção de oportunidades de interlocução entre os diferentes saberes e práticas dessas populações com os da academia. É engajar a universidade no reconhecimento dos autores(as) populares, assim como dos seus saberes e experiências gestados na cotidianidade e nos territórios de luta e de resistência. Em sintonia com o exposto, Guimarães *et al.*, (2016) pontuam:

Com isso, a universidade poderá vir a abrigar e incluir discentes oriundos de grupos étnicos e populações tradicionais ou de classes sociais desfavorecidas, cujos saberes são correntemente negados ou ignorados pelas modalidades estabelecidas de produção e transmissão do conhecimento (Guimarães *et al.*, 2016, p. 182-183).

A interseccionalidade entre os setores populares e acadêmicos possibilita que a universidade reveja seus valores e prioridades, no sentido de permitir que os autores(as) populares identifiquem-se como parte do contexto universitário, proporcionando mudanças no modo de articular e interagir com as comunidades, especialmente na construção de uma universidade pluriépistêmica, onde outras vozes também sejam ouvidas e outros regimes de conhecimento sejam reconhecidos como portadores de saberes e experiências concretas. “[...] de modo que eles possam, não apenas se legitimar pelos saberes científicos, mas transformar nossas práticas e paradigmas” (Guimarães *et al.*, 2016, p. 185). Nesse sentido, ampliar o acesso da participação dos povos e comunidades no âmbito acadêmico se configura como uma forma de visibilizar o protagonismo e processos formativos erguidos pelos territórios socioeconomicamente excluídos.

O debate sobre EC tem como base a compreensão de que é preciso que as classes populares e os diferentes movimentos constituintes de experiências sociais diversas assumam uma posição ativa no universo acadêmico. Em muitas ocasiões, o agir da EC estará em criar contextos e oportunidades para essa participação ativa ocorrer. Como nos traz Valla (1996), participar no sentido de os atores populares serem estimulados a se inserirem nos processos sociais e culturais de forma consciente e autônoma, portanto não por uma ótica hegemônica guiada pelas ‘mãos’ da classe eurocêntrica. Corroborando com o exposto, Santos Júnior (2013) afirma que:

Nesta apreensão de entre-laço de saberes, a lógica seria interligar conhecimentos que em um processo histórico e social foram separados. Não se trata de uma episteme que dê conta de toda a complexidade na qual está imerso este processo histórico, mas uma emergência que se constitui em olhar a construção dos

conhecimentos em um espaço/tempo privilegiado que é a extensão universitária (Santos Júnior, 2013, p. 27).

Em nossa compreensão, o aprofundamento da concepção de EC e sua difusão entre as iniciativas de Extensão Universitária pode contribuir para que o modelo de educação promovido na academia amplie seu repertório, de modo a incluir, de forma mais efetiva e dialógica, as diversas culturas, movimentos e sujeitos, os quais têm muito a contribuir com o que está sendo construído na universidade. É importante que, por meio dessa relação, docentes, discentes e demais integrantes de projetos de extensão universitária sejam todos coprodutores de relações e sociabilidades orientadas pela complementariedade, a partir da consciência do inacabamento de suas epistemes.

O deslocamento produzido na universidade considerando o protagonismo das classes populares e dos diferentes movimentos sociais possibilita que a academia também seja modificada, a partir da inserção de novas epistemologias calcadas sobre luta e resistência dos povos e grupos historicamente “colocados de lado”, como, por exemplo, o movimento indígena, quilombola, comunidades economicamente empobrecidas, entre outros. Como diz Cruz (2017, p. 19), através da extensão é possível reorientar o fazer universitário tradicional, e “esse é um processo paulatino, construído em meio a tensões e contradições, e entremeado de desafios”.

Dessa forma, a partir da inserção desses movimentos e sujeitos das classes populares na universidade, “ela sai de seu lugar seguro de porta-voz/portadora do saber que se destina às comunidades, coletivos e sujeitos como à maneira de um processo civilizador e se coloca em interação com eles [...]” (Guimarães *et al.*, 2016, p. 196). Isso resulta na produção de novas bases epistemológicas, sem imposição de uma cultura como vitrine para outras. Em defesa de conhecimentos pluriépistêmicos e aberta a todas as experiências e conhecimentos germinados por meio da cotidianidade, a EC se fortalece. Como já foi sinalizado brevemente na seção anterior, essa concepção é pouco explorada, porém, há significativas experiências que carregam outras terminologias, mas que em seu escopo espelham os aspectos teórico-metodológicos da EC.

É pautando-se nas diferentes experiências e epistemologias dos contextos e sujeitos que a universidade poderá se transformar num campo plural de ideias, histórias, memórias e de novos conhecimentos. Pela EC ou por outras propostas semelhantes, tendo os autores(as) populares como protagonistas e construtores desse diálogo de saberes. Com base nesse entendimento, Oliveira (2017) nos chama atenção para a seguinte compreensão:

Para que o diálogo ocorra, é necessário um profundo amor ao mundo, à vida e aos seres humanos; reconhecê-los/reconhecer-se como seres inacabados, inconclusos; ser humilde e capaz de se sentir e saber-se tão ser humano quanto os outros seres humanos. É de humanidade e dos processos de humanização conjuntos que trata a Extensão Popular. De formação humana, na comunidade, na universidade. Formação profissional que implica não só que os estudantes aprendam a cultura acadêmica e se apropriem dela, mas, sobretudo, que a produzam e que, nessa ação, contribuam para dar sentido à história (Oliveira, 2017, p. 97).

Nesse sentido, se quisermos produzir uma universidade ainda mais aberta às epistemologias que são tecidas no dia a dia e nos processos de resistência e luta das classes e movimentos populares, é importante propor uma mudança na base, ou seja, refundamentar a universidade e, assim, construir coletivamente um diálogo simétrico entre os saberes, em direção a uma participação

efetiva dos setores excluídos. Dessa forma, é preciso assumir uma posição mais inclusiva das classes populares, dos diferentes movimentos que se constituem de experiências diversas.

Em termos gerais, podemos entender a EC como um aprofundamento da concepção de ExP, que complementa, portanto, essa última, sobretudo no sentido da participação efetiva dos(as) autores(as) na universidade, permitindo que tanto a comunidade quanto a academia sejam alimentados epistemologicamente. Por meio dessa interseccionalidade, é possível reconhecer que há outros conhecimentos que não estão dentro da universidade, mas que possuem epistemologias substanciais que podem corroborar nos processos educativos que estão sendo desenvolvidos no âmbito acadêmico. A potência das contribuições trazidas das culturas locais e do saber popular tem a possibilidade de superar os paradigmas que continuam impregnados no âmbito universitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomamos a EC como um processo dialético, político, pedagógico, pautado na dialogicidade entre os sujeitos populares e os sujeitos acadêmicos que estejam em interação por meio de ações de extensão, pesquisa e ensino, numa perspectiva efetivamente protagonista dos primeiros no contexto da unidade acadêmica. Ou seja, pela EC, o protagonismo popular transborda a ação comunitária e territorial, refletindo também na cogestão dos projetos de extensão e das atividades de pesquisa e de ensino. Orientada pela EP, a EC se mostra como uma ideia complementar à concepção de ExP, a qual é, em si, uma perspectiva crítica, participativa e emancipadora de extensão.

Considerando ainda serem poucas as produções que apontam a EC como uma concepção extensionista, faz-se necessário frisar a necessidade de mais produções que enfoquem práticas orientadas pela EC e promovam uma análise crítica sobre suas potencialidades, limites e desafios.

A EC traz para o centro do debate sobre a Extensão Universitária o princípio metodológico da participação da comunidade, dos movimentos sociais e dos autores(as) no território universitário, possibilitando que esse ambiente seja retroalimentado, de modo que o protagonismo desses movimentos seja substancial na construção de uma universidade ainda mais popular.

Com o debate em torno da EC, em última instância, espera-se confluir para uma universidade alimentada de novos saberes e pessoas que, a partir de suas experiências diárias, produzam saberes e que a participação desses autores(as) esteja para além da interação com os projetos de extensão, mas que, em parceria com os docentes, discentes e demais, fomente a possibilidade de mudança da universidade. Espera-se que, a partir dessa dialogicidade, tanto fora, mas sobretudo no chão da universidade, as vozes desses territórios sejam ouvidas, valorizadas e focadas em suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Renan Soares. **Extensão popular e produção de conhecimento: o caso do PPGE/UFPB**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2021.

BERNARDO, Klebson Felismino. **Extensão comunitária: analisando alternativas e desafios para o aprofundamento da participação da comunidade na gestão de projetos de extensão popular da UFPB**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2022.

BERNARDO, Klebson Felismino. Educação popular: para uma não romantização das práticas populares e comunitárias. *In: Educação Popular e Construção Compartilhada do Conhecimento: Debates*

Teóricos (livro eletrônico). ARAÚJO, Renan Soares de; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro (org.). 1. ed. João Pessoa, PB: Editora do CCTA, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2020.

CARNEIRO, Jair Almeida, *et al.* Unimontes solidária: interação comunitária e prática médica com a extensão. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 35, p. 283-288, 2011.

CARNEIRO, Jair Almeida, *et al.* Liga acadêmica: instrumento de ensino, pesquisa e extensão universitária. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**. v. 6, n. 1, p.667-79. 2015.

CARVALHO, José Jorge de. Sobre o notório saber dos mestres tradicionais nas instituições de ensino superior e de pesquisa. **Cadernos de inclusão**, n. 8, p. 8-13, 2016.

CIRNE, Alessandra Issis; SÁ, Lenilde Duarte de; MENDES, Cristina Katya Torres Teixeira. Projetos de extensão comunitária e o fortalecimento do movimento estudantil na área da saúde. **Saúde em Debate**, v. 33, n. 83, p. 447-457, 2009.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Extensão Popular: a reinvenção da Universidade. *In*: VASCONCELOS, Eymard Mourão; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. (org.). **Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, p. 40-61. 2011.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Extensão popular: processo de construção de um fazer universitário humanizante, emancipador e compromissado com os grupos socialmente excluídos. *In*: PRADO, Ernande Valentin do, *et al.* **Caderno de extensão popular: textos de referência para a extensão universitária**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro, *et al.* (org.). **Educação popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2013.

CRUZ, Pedro; ARAÚJO, Renan Soares. Grupo de encontro comunitário como estratégia de Promoção da Saúde e construção compartilhada do saber: uma experiência de Extensão à luz da Educação Popular. **Interagir: pensando a extensão**, n. 24, p. 12-27, 2017.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Caminhos da aprendizagem na Extensão Universitária**. São Paulo: Hucitec, 2017.

DANTAS, Vera Lúcia de Azevedo. **Dialogismo e arte na gestão em saúde: a perspectiva popular nas cirandas da vida em Fortaleza-CE**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2009.

DANTAS, Vera Lúcia de Azevedo, *et al.* Cirandas da vida: dialogismo e arte na gestão em saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 21, p. 46-58, 2012.

FALCÃO, Emmanuel Fernandes. **Extensão popular: caminhos para a emancipação**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

FLEURI, Reinaldo Matias. Conversidade: conhecimento construído na relação entre educação popular e universidade. **Educação Brasileira**, v.27., n.54., p. 11-67, 2005.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra. 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIMARÃES, César, *et al.* Por uma universidade pluriepistêmica: a inclusão de disciplinas ministradas por mestres dos saberes tradicionais e populares na UFMG. **Tessituras, Pelotas**, v. 4, n. 2, p. 179-201, jul./dez. 2016.

LIMA, Helen Flávia de, *et al.* Reflexões sobre o “Projeto Encontro de Saberes” enquanto experiência teórico-metodológica pós-colonial e da Ecologia de Saberes no ensino superior. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 9, n. 7, p. 1-19, 2020.

MELO NETO, José Francisco de. Educação Popular e “Experiência”. **Revista Contexto & Educação**, v. 26, n. 85, p. 31-50, 2011.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão popular**. MELO NETO, José Francisco de. (org.). 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, Maria Waldenez de. A extensão popular no trabalho compromissado com as classes populares. *In: Caderno de extensão popular: textos de referência para a extensão universitária. Projeto de pesquisa e extensão VEPOP-SUS Vivências de extensão em Educação Popular e saúde no SUS*. PRADO, Ernande Valentin do, *et.al.* (org.). João Pessoa: Editora do CCTA, 2017.

PRADO, Ernande Valentin do, *et al.* (org.). **Caderno de extensão popular: textos de referência para a extensão universitária**. João Pessoa: Editora CCTA, 2017.

REIS, Maurício Sant’Anna dos. Pela efetivação dos Direitos Humanos: apresentação do projeto de extensão comunitária da faculdade FISUL. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 3, n. 1, p. 3-11, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fórum Social Mundial: manual de uso**. São Paulo: Cortez, 2005b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Praxis da Ecologia de Saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos. **Tempus, actas de saúde coletiva**, v. 8, n. 2, p. 331-338, jun, 2014.

SANTOS JÚNIOR, Alcides Leão. Universidade e sociedade: uma relação possível pelas vias da extensão universitária. **Revista Inter-legere**, n. 13, p. 299-335, 2013.

SIMIÃO, Bruno Pereira; ARAÚJO, Edna Monteiro de; FELIX, Katiane Duarte. **Os resultados do programa de extensão comunitária no desenvolvimento do estudante de graduação do curso de fisioterapia do Uniceplac-Gama/DF**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Fisioterapia) - Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, Gama/DF, 2020.

SILVA, Jaqueline Lopes Menezes da, *et al.* Extensão Comunitária contribuindo para a inserção na atenção básica e formação de profissionais da saúde. **Revista de APS**, v. 13, n. 4, 2010.

SCHOMMER, Paula Chies. **Comunidades de prática e articulação de saberes na relação entre Universidade e Sociedade**. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo/SP, 2005.

TORRES, Albina Rodrigues, *et al.* Ligas Acadêmicas e formação médica: contribuições e desafios. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 12, p. 713-720, 2008.

VALLA, Victor Vincent. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. **Educação & Realidade**, v. 21, n. 2, 1996.

VOSGERAU, Dilmeire Sant’Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Rev. Diálogo Educ., Curitiba**, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.